

O IRAQUE, TUDO SOMADO... (I)

Manuel de Lucena

Painel de um tríptico, o primeiro artigo desta série sobre a questão do Iraque, escrito em Junho-Julho de 2003 e tendo por objecto a razão ou razões que levaram os Estados Unidos à guerra com o dito país, foi publicado nesta revista em Março do corrente ano¹. E logo aí anunciei os restantes: em Junho saiu o segundo (ultimado em Maio) sobre as objecções jurídicas e morais que a bélica empresa suscitou². Já entrado em Agosto, eis-me acabando o terceiro, no qual devo pronunciar-me sobre a sua prudência ou insensatez, ou seja, no fundo, sobre se ela valeu a pena e para quê. Tema intrincado, evitei-o até hoje propositadamente, a fim de ter mais algum tempo para pensar. Há um ano, não me julgava – e cito – «capaz de garantir que, politicamente falando, os EUA e a Grã-Bretanha fizeram bem ao caírem sobre a Mesopotâmia (... nem) de que fizeram mal e de que a sua rápida vitória militar há-de por força revelar-se pírrónica». Acrescente-se desde já que esta incerteza se mantém no plano intelectual (no político, mais complexo, já veremos que não é bem assim); mas pouco interesse teria limitar-me agora a divagar dispersamente em torno de metódicas dúvidas. Incapaz, por certo, de prever, sequer em linhas muito gerais, o que o futuro nos reserva, ou de pintar grandes «cenários» alternativos, tentarei definir, considerando o que até hoje se passou, alguns critérios – geoestratégicos uns, morais (de moral política) os outros – propícios à interpretação do que doravante for sucedendo.

Para tal, tenho de retomar alguns passos dos artigos precedentes, decisivos para o lançamento deste: refinando-os e procurando situá-los numa perspectiva mais vasta do que aquela em que até aqui os considerei.

RECAPITULAÇÃO

É elementar: quem queira saber se valeu a pena ir a algum sítio deve trazer bem presente a razão porque lá foi, ou procurá-la com cuidado se ainda a não descobriu. No caso vertente, julgo ter defendido com alguma valentia, deixando-a estabelecida com foros de verosímil, a ideia de que os Estados Unidos actuaram contra o Iraque movidos, no fundo, pela mesma (embora menos óbvia) necessidade que os levou a invadir o Afeganistão.

Com efeito, aquilo de que essencialmente se tratou, em ambos os casos, foi de evitar que prosseguisse, em território norte-americano, a guerra terrorista mais ou menos «islâmica» declarada pelos atentados de 11 de Setembro de 2001. De comum, as acções visando esses dois países muçulmanos tiveram a vontade de eliminar bases estatais de

É ELEMENTAR: QUEM QUEIRA SABER SE VALEU
A PENA IR A ALGUM SÍTIO DEVE TRAZER BEM
PRESENTE A RAZÃO PORQUE LÁ FOI,
OU PROCURÁ-LA COM CUIDADO SE AINDA
A NÃO DESCOBRIU.

apoio ao terrorismo; e de diferente o facto de num caso – o afegão – haver relação íntima e actual entre o regime político taleban e a Al-Qaida, autora do ataque às Torres Gémeas e ao Pentágono; ao passo que no outro – o iraquiano – essa relação era improvável e apenas potencial. Mas esta

diferença, certamente cheia de conseqüências quando se trata de determinar o carácter justo ou injusto da guerra – sobre isto já falei³ e voltarei a falar – não é relevante para aquilo de que neste momento nos ocupa.

Com efeito, a Al-Qaida não é apenas uma dada organização de carácter mais ou menos determinado, dirigida por certos senhores entre os quais avulta um que dá pelo nome de Osama bin Laden; também se constitui (ou outros a constituem...) qual estrela polar ideológico-política de uma constelação dispersa e expansiva de grupos terroristas autónomos, alguns dos quais talvez só por oportunismo se reclamem do Islão. Ora, é neste quadro alargado que a preocupação norte-americana quanto ao apoio de certos estados ao terrorismo deve ser entendida. O Iraque laico de Saddam Hussein bem pode ser, e provavelmente era, até 2003, inocente dos concretos manejos da Al-Qaida. Mas congratulou-se publicamente com o 11 de Setembro, apoiava outros grupos terroristas, já começava a cortejar o Islão... E, maxime, fazia parte de um grupo de países (compreendendo a Líbia, a Síria e o Irão) politicamente diversos mas todos eles hostis aos EUA, que tremeram à ideia de vê-los prestar ao terrorismo várias formas de apoio eficaz: em matéria de asilo, armamento, tecnologia, treino, logística... e finanças, das quais quase tudo depende.

Como é evidente, os EUA nada tinham a temer desses países e das respectivas forças armadas no plano de uma guerra clássica. Temiam-nos e temem-nos, sim, enquanto multiplicadores da potência de um terrorismo cuja dispersão constitui – repita-se – um factor de sensível agravamento da situação. E a preocupação será, compreensivelmente, tanto mais viva quanto menos razões de optimismo haja quanto à possibilidade de travar a difusão dos conhecimentos necessários à produção de armas de destruição maciça – químicas, biológicas e nucleares ou sucedâneas: bombas sujas, etc. –, bem como os processos de seu cómodo transporte e miniaturização. Numa obra que já citei, Michael Ignatieff chama a atenção para a inquietante privatização das ditas armas, propícias ao advento de atentados causadores de verdadeiras hecatombes e de movimentos de pânico dos quais as liberdades públicas do seu país saíam provavelmente muito mal feridas⁴; e quanto às dos nossos, europeus, não há infelizmente

razão de as supormos mais seguras... Para a ocorrência de um tal pânico e de um tal risco não seriam de resto necessárias catástrofes biológicas, químicas ou nucleares. A multiplicação, em qualquer país, de atentados mais banais e artesanais (como o de Madrid) bastaria.

Para a Al-Qaida e não só, talvez seja muito tentadora a ideia de desferir, com armas de destruição maciça, golpes devastadores e aterradores. Não é certo, porém, que, dadas as dificuldades e os riscos da sua preparação e execução, não continuemos a assistir sobretudo a feitos como os registados na Turquia, na Arábia Saudita e em Espanha, menos mortíferos e menos sofisticados do que os do 11 de Setembro mas cuja repetição não deixaria de causar nos países ou regiões alvejados, a não muito longo prazo, graves crises económicas, sociais e políticas. E não é, enfim, de excluir a combinação de ataques de vária envergadura, numa espontânea ou preconcebida divisão do trabalho entre organizações terroristas ou entre diversas unidades da mesma: ocupadas umas em manter viva a chama e em desgastar o inimigo com um rosário de atentados menores, enquanto outras preparam com calma enormidades. Mas aquilo de que em qualquer caso não cabe duvidar é de que a capacidade de todas elas e do terrorismo «islâmico» no seu conjunto aumentará ou diminuirá notavelmente consoante beneficiem ou não de consistentes apoios estatais.

Não visando apenas – e talvez nem sequer principalmente – o Iraque, creio que a invasão deste país e a deposição do regime de Saddam Hussein tiveram por fim, antes de mais (*embora não só*), estancar tais apoios ou pelo menos reduzi-los de modo a afectar muito consideravelmente a capacidade de acção do terrorismo «islâmico». Caso o tenham conseguido ou estejam a conseguir, essas acções não foram decerto vãs, podendo embora pôr-se o problema de o seu preço vir a revelar-se demasiado alto; caso contrário, quem apesar disso as defende terá de demonstrar que outras consequências favoráveis compensam um falhanço aparentemente essencial...

Chegado a este ponto, o leitor atento já por certo prevê em que direcção prosseguirei. Mas antes de prosseguir, ainda devo explicar-me acerca das afirmações acima sublinhadas. Como segue:

a) Admiti, por um lado, que a invasão em apreço não visou apenas e talvez não visasse sequer principalmente o Iraque. E julgo, na verdade, que, enquanto acto de presença e de poderio, deve ser entendida como tentativa de condicionar a acção de todos os estados do Médio Oriente e arredores, prevenindo-os solenemente de que ajudarem terroristas será brincarem com o fogo e instalando na área um dispositivo militar apto a ser rapidamente usado contra eventuais prevaricadores. E é outrossim verdade que a candidatura de alguns destes estados a um tratamento de choque não deixava de parecer mais forte do que a iraquiana: na preparação como na execução do 11 de Setembro a participação de sauditas foi de longe a maior e o mesmo se dirá ao considerarmos o plano ideológico (influência do sunismo wahabita) sem esquecer a cumplicidade política entre bin Laden e elementos da periclitante Casa de Saud. Mas esta permanece,

por ora, aliada dos EUA, tal como o Paquistão, viveiro de escolas islâmicas extremistas e refúgio, ainda hoje, de Talebans bem como, provavelmente, de muita gente da Al-Qaida, mas que apoiou o assalto ao Afeganistão e apoia agora a caça aos terroristas. Quanto ao Irão, que em matéria de fundamentalismo religioso pode puxar pelos galões, constituiria, para forças atacantes – tendo-se em conta o seu tamanho e os acidentes da sua paisagem – uma pêra muito mais amarga do que o Iraque; além de que há, por outro lado, grandes esperanças de mudança política em Teerão, ou de que o regime dos *ayatoláhs*, bastante menos radical do que há uns anos, continue a evoluir no bom sentido... Dos outros estados suspeitos de fomentar terrorismo, a Síria era demasiado pequena para dela se fazer um grande exemplo; e a excêntrica Líbia, que se encontra (como o Paquistão) fora do Médio Oriente, já dava garantias de estar disposta a render-se. De todos os países candidatos a serem alvo de um ataque norte-americano, o Iraque oferecia-se-lhe, enfim, como o mais bem situado na região (fronteiriço da Arábia Saudita, da Jordânia, da Síria, da Turquia, do Irão e do Koweit), sendo o único que publicamente se congratulara com o 11 de Setembro; e possuía, (além de um famoso cadastro interno e internacional sobre o qual não tenho de insistir), grandes reservas de petróleo, que nunca deixaram de constituir uma tentação. Mas com isto estamos mudando de assunto.

b) Também afirmei, acima, que o objectivo da invasão do Iraque não consistiu só no impedimento das ajudas estatais ao terrorismo. Consistiu, também, num mais geral condicionamento da acção dos estados visados – ditaduras, monarquias e teocracias actual ou potencialmente hostis aos Estados Unidos – alguns dos quais não deixariam de usar mais tarde ou mais cedo a arma do petróleo, devastadora a seu modo, se calculassem poder fazê-lo sem sofrerem muito com isso. A guerra que a Al-Qaida declarou em 2001 e que não é só de atentados, articula-se variamente com outros conflitos, no quadro de uma complexa situação geoestratégica onde nada sucede por uma só razão. Ao negar à cobiça petrolífera o estatuto de razão determinante ou causa das causas do ataque contra o Iraque, tive o cuidado de acrescentar (no primeiro artigo desta série) que, subsidiariamente, o cheiro a petróleo, forte como é no grupo dirigente capitaneado por George W. Bush,

também terá por certo ajudado à festa. Mas, voltando a pensar nisso, devo hoje advertir que, ao considerá-la subsidiária, não pretendo desvalorizar a dita motivação mas tão-só salientar duas coisas: à uma, que a necessidade de prevenir novos atentados é que levou os EUA ao Iraque; e, à outra, que a razão petrolífera pesou, na ocorrência,

A GUERRA QUE A AL-QAIDA DECLAROU EM 2001 E QUE NÃO É SÓ DE ATENTADOS, ARTICULA-SE VARIAMENTE COM OUTROS CONFLITOS, NO QUADRO DE UMA COMPLEXA SITUAÇÃO GEOESTRÁTÉGICA ONDE NADA SUCEDE POR UMA SÓ RAZÃO.

sobretudo porque o combate antiterrorista não é um domínio separável da luta pelo controlo das reservas de petróleo, e do funcionamento dos poços e dos oleodutos. Ainda teremos de voltar a isto.

Mutatis mutandis, este discurso também vale para o grande desígnio neoconservador de, começando pelo Iraque, instalar democracias em todo o Médio Oriente; o qual não passa, para os seus mais ferozes críticos, de hipócrita manifestação de uma recorrente vontade de poder (de imperialistas cúmplices de Israel), ao passo que devotos partidários a concebem qual pura amostra de humanismo e de amor à liberdade. Na verdade – e sem prejuízo de certos proponentes desejarem mesmo isto ou aquilo –, só terá influenciado e só influenciará a estratégia norte-americana na medida em que (e enquanto) os decisores de Washington o julguem benéfico para a estratégia global dos EUA, que tem como elemento fundamental a luta contra o terrorismo. Com estas observações bem presentes, já podemos prosseguir.

DESENVOLVIMENTO

Quando interrompi o fio à meada para me lançar nos esclarecimentos acabados de prestar, estava a dizer que a invasão do Iraque não terá sido vã se contribuiu ou estiver contribuindo⁵ para estancar ou reduzir drasticamente os apoios estatais ao terrorismo «islâmico». Há outros critérios – repita-se – para julgar se valeu ou não a pena invadir, mas, admitindo que o meu ponto de partida é bom, este afigura-se deveras primordial. Ora vamos lá ver.

Para um observador vulgar de Lineu, sem acesso a seguras confidências diplomáticas nem a abalizados serviços de informação, avaliar o impacto da ocupação do Iraque sobre os outros estados da região não é tarefa fácil, tal como fácil não é determinar qual a sua repercussão sobre os grupos que alguns desses estados apoiavam ou poderiam vir a apoiar. Todas as semanas me espanta a ousadia de autores que acerca disto se pronunciam *ex-cathedra*, quase sempre no sentido de que os EUA, ao atacarem e humilharem um país muçulmano (mas onde o regime político era laico) fizeram afinal o jogo do terrorismo e de várias maneiras: acicatando, não só no Médio Oriente, a vocação de novos, inúmeros e entusiásticos candidatos a mártires; propiciando, um pouco por toda a parte – e a começar pelo próprio Iraque, onde a Al-Qaida antes da invasão não existia e agora campeia –, o entendimento antiamericano e antiocidental entre duas forças que até então só sabiam odiar-se: a dos fundamentalistas islâmicos e a de nacionalistas radicais laicos, já profundamente ocidentalizados; e oferecendo aos grupos terroristas, em terra iraquiana, um precioso espaço, onde experimentam meios de acção, provam a coragem e a fé dos militantes e se treinam a manipular populações, enquanto enfrentam um exército ocupante na esperança de que ele se enterre cada vez mais num lamaçal sem saída honrosa. E é verdade que o horrendo dia-a-dia do Iraque, bem como a ocorrência de sangrentos atentados em países como a Arábia Saudita, a Turquia, Marrocos e a Espanha, parecem confirmar estas sentenças. Contra elas, pouco parecem valer alguns modestos indícios de sinal contrário, tais como a moderação da Síria e do Irão (manifestamente preocupados com a vizinhança militar anglo-americana) ou a rendição da Líbia ao Ocidente, que na verdade já se esboçara bem

antes. Mas, sem nos mandarem esquecer os factos em que essas sentenças se baseiam, dois dedos de reflexão bastam para mostrar até que ponto elas são superficiais.

- Em primeiro lugar, ele há terrorismo e terrorismo: de um lado, atentados de baixa ou média tecnologia, mais ou menos bombistas e dinamiteiros; do outro, acções tecnológica e organizativamente superiores como as que utilizem armas de destruição maciça (químicas, biológicas, nucleares...) ou ostentem uma sofisticação semelhante à do 11 de Setembro de 2001. Ora, os exemplos atrás citados pertencem, sem excepção, à primeira categoria, isto é, são dos que podem ser levados a cabo com menor (ou eventualmente nenhuma) necessidade de apoios estatais.

- Em segundo lugar, ele há alvos e alvos: de um lado, os situados nos Estados Unidos (e, vá lá, na Grã-Bretanha, a mais íntima aliada), e, do outro, os que se acham em quaisquer outros países. Do ponto de vista da liderança norte-americana – único aqui decisivo, por ser o de quem invadiu o Iraque e terá de ver se afinal não errou –, só os primeiros constituem, sempre, uma preocupação maior. Ora, de novo, nenhum dos atentados cuja multiplicação nos é apresentada para provar que a intervenção no Iraque fálhou – nem um, repita-se – ocorreu em território americano. Aí, vai para três anos (que já terão passado quando este número da revista em que escrevo sair), nada de grave se registou: nada de nada em matéria de terrorismo, grande ou pequeno, modernista ou primitivo. Eis o que só pode, em princípio, significar uma de duas coisas: ou uma íntima fraqueza do movimento terrorista, de todo incapaz de enfrentar o inimigo no terreno em que, a 11 de Setembro de 2001, o desafiou – e desta improvável hipótese já atrás falei, em debate com Perry Anderson⁶; ou um notável sucesso das medidas que contra o terrorismo têm sido tomadas pela actual Administração americana – e, neste caso, os juízos contrários terão, no mínimo, de ser suspensos e sujeitos a revisão. Ora, para rever, necessário se torna esperarmos algum tempo. Mediante famosos «vídeos» que a Al-Jazeera se apressa a transmitir, bin Laden tem por hábito endereçar ao Tio Sam ameaças tão tremendas quão indeterminadas. Mas se passarem mais três anos sem que a Al-Qaida ou algum outro grupo da sua constelação consiga cumpri-las, seremos tentados a concluir que o terrorismo «islâmico» perde, não só uma batalha, mas a própria guerra, mesmo que aqui e ali vá golpeando aliados dos EUA

SE PASSAREM MAIS TRÊS ANOS SEM QUE A AL-QAIDA OU ALGUM OUTRO GRUPO DA SUA CONSTELAÇÃO CONSIGA CUMPRIR AS SUAS AMEAÇAS, SEREMOS TENTADOS A CONCLUIR QUE O TERRORISMO «ISLÂMICO» PERDE, NÃO SÓ UMA BATALHA, MAS A PRÓPRIA GUERRA.

ou interesses americanos no estrangeiro. Talvez... Tudo pode ser mais complicado e por isso prefiro não arriscar, na minha vez, prognósticos temerários. Melhor será tentar extrair da decisiva razão que levou os norte-americanos ao Iraque, algumas lógicas conseqüências, relevantes para o que agora nos ocupa.

Se essa razão, a qual bastava para eles lá irem (o que não exclui a existência de outras, insuficientes) e sem a qual lá não teriam ido, foi de facto, como julgo, um estado de necessidade obrigando os EUA, depois do 11 de Setembro, a adoptar uma estratégia

de defesa avançada⁷, para prevenir na origem – ou seja, desde a sua preparação, ou mesmo antes⁸ – novos atentados em território norte-americano – daí se segue logicamente:

a) Que a pergunta sobre se os Estados Unidos fizeram bem ou mal em invadir um país do Médio Oriente do qual nada tinham a recear ao nível das relações interestatais, não tem, politicamente falando, muito sentido. Sentido terá, sim, saber: primeiro, se o Iraque foi uma escolha adequada; e, depois, se o *modus faciendi* do ataque e da ocupação não terá tido e não estará tendo muito que se lhe diga.

b) Que, devendo a segurança das vidas e haveres dos seus compatriotas constituir o principal cuidado de qualquer governo, George W. Bush fez bem ao demonstrar-lhes e ao resto do mundo (especialmente aos inimigos e aos aliados) a sua prática determinação em matéria de defesa avançada. E gozou, ao fazê-lo, muito compreensivelmente, do apoio da grande maioria dos norte-americanos. Se em Novembro próximo não for reeleito, isso significará uma de duas coisas: ou que John Kerry convenceu os seus eleitores de que será tão firme e eficaz como o actual presidente na defesa do país; ou de que esses mesmos eleitores acham que o grande perigo já passou. E se o próprio Churchill, depois de vencer, foi dispensado... De qualquer modo, certa opinião europeia arrisca-se a sofrer uma grande decepção: no dia dessas eleições ou algum tempo depois, consoante quem ganhe.

c) Que, por mais que o Iraque se tenha revelado (e ameace permanecer) um vespeiro e um lamaçal, a evocação do Vietname não tem aí cabimento; pela simples razão de que, no Sudoeste Asiático, os militares norte-americanos não defendiam o seu país de uma ameaça mortal. E por isso a questão das baixas, tal como a do custo económico da guerra e da ocupação, não pode pôr-se da mesma maneira, pelo menos até ao momento em que a opinião pública norte-americana, com razão ou sem ela, passe a achar que a vida dos seus *boys* está a ser sacrificada por outra causa: indigna, alheia ou menor... Até que isso suceda, as baixas americanas no Iraque serão por ela aceites mesmo que venham a aumentar; e deve dizer-se que as actuais são pequenas, considerando o que está em jogo. Indevida, a comparação com o Vietname seria aqui altamente favorável. Mas o clima interno dos *States* pode mudar, em virtude tanto do cansaço ou desgaste psicológico de largos sectores da opinião pública (difícil de evitar caso o conflito se prolongue) quanto da desmoralização que a eventual reincidência de autoridades norte-americanas em métodos de luta condenáveis não deixaria de agravar. Pois existe e é sério o risco de a obsessão securitária levar a uma generalização desses métodos que afectaria irremediavelmente a credibilidade dos fins prosseguidos⁹. Como já disse¹⁰, o 11 de Setembro acicatou não só o que há de melhor mas também o que há de pior na América; e ainda não é possível garantir qual dos dois lados – o sombrio ou o luminoso – acabará por prevalecer.

d) Que a crise nas relações entre os Estados Unidos e alguns dos seus aliados ocidentais, bem como o mal-estar «transatlântico» que dela resultou – crise e mal-estar que não passarão facilmente –, fizeram e fazem parte (embora talvez sejam mais do que

isso) do preço que a única superpotência teve de pagar pela sua segurança quando foi posta perante as tergiversações e as tendências apaziguadoras largamente difusas na Europa. Por vezes arrogantemente formulada, como se decorresse da convicção de que os EUA podem, sozinhos, reordenar o mundo, a decisão de invadir o Iraque sem o apoio de aliados principais e menosprezando as suas objecções, não foi porém tomada de ânimo leve. Assentou, sim, fundamentalmente – e humildemente – no necessitado sentimento de que era urgente agir, bem como no temor de que as hesitações e contemporizações propiciassem novas ofensivas terroristas: animando o inimigo e

HÁ, EM WASHINGTON, ILUMINADOS DESEJOSOS DE REFAZER IMPETUOSAMENTE O MUNDO MEDIANTE IMPOSIÇÕES UNILATERAIS. MAS O GRUPO DIRIGENTE DA CASA BRANCA NÃO SE IDENTIFICA COM ELES.

dando-lhe tempo para se reorganizar. Há, é verdade, em Washington, iluminados desejosos de refazer impetuosamente o mundo mediante imposições unilaterais e a sua influência poderá aumentar se não diminuïrem as tibiezas europeias. Mas o grupo dirigente da Casa Branca não se

identifica com eles: já entendeu que não pode aguentar o Iraque (quanto mais reformar o mundo) sozinho; já retoma a via dos acordos internacionais e continuará a percorrê-la se não tiver razões para pensar que isso põe em causa interesses norte-americanos vitais. Porém, atenção: muito particularmente no que à União Europeia e a alguns dos seus membros diz respeito, isto não quer dizer que possa dar-se um puro e simples regresso ao *status quo ante*. Porquê? Eis o que fica para quando, na segunda parte deste artigo, situarmos a questão do terrorismo «islâmico» numa mais vasta paisagem geopolítica.

e) Que o que precede também vale, *grosso modo*, quanto às relações entre os EUA e a ONU, acerca das quais só acrescentarei aqui duas observações: a primeira, para salientar que, ironia da História, foi ao tentarem (e para conseguirem) manter a sua acção na esfera e sob o beneplácito das Nações Unidas, que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha enveredaram pelo duvidoso caminho de apresentarem como causa principal da guerra a posse, pelo Iraque, de armas de destruição maciça, incorrendo nas mentiras e exageros que (sem tocarem em nada de verdadeiramente essencial) tanto desdouro lhes têm trazido. E a segunda para dizer que, menos ainda, quiçá, do que no caso das relações entre os EUA e a Europa, não deve esperar-se aqui o regresso ao *modus vivendi* anterior à crise, de tal modo esta revelou a inadequação da ONU e de algumas das suas agências – a começar pelo famigerado Tribunal Penal Internacional – às exigências do tempo presente e à evolução das relações internacionais.

f) E, enfim, que, não constituindo a democratização do Iraque (mas sim a segurança dos Estados Unidos) o objectivo principal da invasão e da ocupação desse país, estulto seria deduzir do sucesso ou insucesso delas o êxito ou fracasso gerais da aventura iraquiana. Não quero dizer, na minha, que o tema da democratização do Iraque e de todo o Médio Oriente seja só para inglês ver, como soe dizer-se. Mas de que ela permanecerá subalterna e ancilar não sobra dúvida alguma. Não sendo parvos nem romancistas russos, em suma

– «e romantismo sim, mas devagar» –, aos estratégias da Casa Branca e do Pentágono poderá com efeito parecer conveniente estimular ou até impor, no Médio Oriente, processos de abertura política na esteira de valores cultivados nas democracias de tipo ocidental; isso e o desenvolvimento económico acelerariam, nas sociedades dessa região, uma modernização cultural fatal para o fundamentalismo. Parecerá contraditório evocar a possibilidade de uma democratização imposta e em pura teoria claro que é. Mas a prática abunda em contaminações. A curto ou médio prazo, a eclosão no Iraque de uma democracia liberal suficientemente enraizada para por si mesma se sustentar é, quanto uma pobre vista alcança, impossível; e não cabe recordar a propósito os casos da Alemanha e do Japão ocupados no segundo pós-guerra, países já então modernos e cuja situação, nessa altura, não é comparável à do Iraque actual. Mas isto não quer dizer que o Iraque não possa ser levado, com alguma firmeza, a ir-se abrindo, o que talvez já esteja a acontecer, no meio da indescritível balbúrdia e confusão actuais.

Recuando no tempo, recordo-me de umas recomendações de Santo Agostinho aos monges evangelizadores da Irlanda (salvo erro da Irlanda...) em que ele os instruíu sobre como contrariarem progressivamente costumes pagãos incompatíveis com a fé cristã: que levassem os seus discípulos a deixar de fazer certas coisas (como dançar e fornicar) no interior das igrejas, transferindo-as primeiro para o átrio das ditas, depois para a orla dos bosques e enfim para a espessura dos mesmos... E que não desanimassem os monges ao ver os gentios recentemente convertidos agarrarem-se a certas liturgias, atraídos ou deslumbrados por formas cujo conteúdo manifestamente lhes escapava, porque atrás dos gestos a fé acabaria por vir. Já li isto há muitos anos, cito de memória sem a certeza de ser inteiramente fiel. Santo Agostinho tem as costas largas, de resto os irlandeses também; e por isso até pode ser que os verdadeiros protagonistas deste conto político e moral estejam a rir-se à socapa, noutros poleiros do céu. Mas os conselhos do Santo não me parecem reaccionários.

E, por hoje, é tudo. Para a segunda e última parte deste artigo ficam: primeiro, a análise da situação e perspectivas políticas no Iraque, ocupado há ano e meio; e, depois, uma tentativa de situar a questão iraquiana, bem como a luta antiterrorista em geral, no conjunto das relações geoestratégicas dos Estados Unidos. **RJ**

NOTAS

¹ Cf. Manuel de Lucena, «O Iraque visto das torres», *R/I*, 1, Março, 2004, pp. 21-30.

² Cf. Manuel de Lucena, «O Iraque, suspiros e ais», *R/I*, 2, Junho, 2004, pp. 67-84.

³ Cf. «O Iraque, suspiros e ais», art. cit., o parágrafo intitulado «Necessidade e guerra justa».

⁴ Cf. Michael Ignatieff, *The Lesser Evil. Politicians and Ethnicity in an Age of Terror* (New Jersey, Princeton University Press, 2004).

⁵ Ou se vier a contribuir, acrescentar-se-á... ; mas então corre-se o risco de ficar à espera de alguma manhã de nevoeiro.

⁶ Cf. «O Iraque visto das torres», art. cit.

⁷ Sobre esse estado de necessidade e porque é que esta defesa tem de ser avançada veja-se o primeiro artigo desta série: (M. de Lucena, «O Iraque visto das torres», art. cit., pp. 25 e segs.

⁸ Sobre duas espécies de prevenção – a que enfrenta um ataque iminente e a que procura impossibilitar ou pelo menos entrar a sua preparação – cf. M. de Lucena, «O Iraque, suspiros e ais», art. cit., pp. 78 e segs.

⁹ Cf. M. de Lucena, «O Iraque, suspiros e ais», art. cit., pp. 71 e seg.

¹⁰ Cf. M. de Lucena «Das torres para cá», *Política Internacional*, 24, Outono-Inverno de 2001.